

O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA DO SUL PÓS-APARTHEID À LUZ DA PERSPECTIVA INSTITUCIONALISTA: UMA REVISÃO CRÍTICA

João Paulo Davi Constantino¹

Robson Dias da Silva²

Georges Flexor³



Introdução

Em setembro de 2015, a revista britânica *The Economist* divulgou um artigo que questionava diferenças nos padrões de desenvolvimento, inclusive os internos, entre economias emergentes como México, Brasil, Rússia e África do Sul. Recomendou que, além de fazer a escolha de políticas macroeconômicas certas, levassem em consideração fatores como segurança dos contratos, serviços públicos de qualidade e orçamentos transparentes para serem confiáveis aos agentes econômicos⁴; em outras palavras, era necessário construir instituições nas quais a população pudesse confiar.

Embora a defesa da perspectiva institucionalista de desenvolvimento econômico não seja novidade⁵, a ideia de que “boas instituições” e “boa governança” eram necessárias para promover o desenvolvimento ganhou destaque

¹ Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Brasil. E-mail: j207529@dac.unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3585-639X>

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: robsondsilva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7679-4722>

³ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: gflexor@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0859-2568>

⁴ Olhar: <https://www.economist.com/leaders/2015/09/19/the-two-mexicos>.

⁵ Cf. (Gerschenkron 1962).

no debate político e econômico no final do século XX, em convergência com as proposições neoclássicas e com o discurso de organizações multilaterais. Com base na agenda dos países em desenvolvimento, “boas instituições” e “boa governança” são sinônimos de grande proteção dos direitos de propriedade, bancos centrais independentes focados em políticas de estabilização, governança corporativa transparente, entre outras prescrições cristalizadas no Consenso de Washington, que são traduzidas em maior liberalização econômica e desregulamentação do mercado. A aceitação dessas recomendações não aconteceu em um vácuo histórico.

Para alguns países, essa mudança foi contra formações sociais que já apresentavam fissuras estruturais. Foi o caso da África do Sul, que não só passou grande parte do século XX lidando com uma economia de exportação primária que dependia do capital estrangeiro de empresas multinacionais (Marais 2011), mas também era governada por um regime político autoritário e segregacionista. Após anos de luta política dos movimentos de libertação, liderados pelo Congresso Nacional Africano (ANC), a transição democrática começou em meados da década de 1990 e atendeu a difusão de novas convenções de desenvolvimento: instituições multilaterais e países desenvolvidos começaram a recomendar uma série de reformas institucionais e de governança combinado com políticas voltadas para a erradicação da pobreza principalmente para os países africanos. Portanto, desde a década de 1990, a África do Sul tem sido um exemplo especial de transição institucional drástica, com mudanças econômicas e políticas ocorrendo ao mesmo tempo.

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise crítica dos impactos da difusão de novos padrões institucionais e de governança internacionais no desenvolvimento econômico da África do Sul (em seu sentido amplo). O estudo foi dividido em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. A segunda seção trata da associação entre instituições e desenvolvimento econômico na literatura acadêmica recente. A terceira seção apresenta a metodologia aplicada para avaliar o desenvolvimento da democracia, dos direitos de propriedade privada e intelectual, das instituições financeiras, tarifárias e de proteção comercial no país, bem como das instituições de previdência e proteção do trabalho. A quarta seção aborda brevemente o período de transição democrática sul-africana na década de 1990, destacando sua mudança institucional e política em direção a um modelo neoliberal capaz de favorecer a estabilidade monetária e o “big business”, apesar das crônicas desigualdades ainda observadas no país atualmente. A quinta seção faz uma análise aprofundada de cada uma dessas instituições no contexto sul-africano e investiga até que ponto elas resultaram em crescimento econômico, reduziram as desigualdades e permitiram melhor

qualidade de vida para a população sul-africana. Foi possível concluir que a associação entre instituições e desenvolvimento econômico é mais complexa do que a presumida por muitos economistas e organismos internacionais, pois não apresenta uma correlação simples e linear. Além disso, observou-se que os países em desenvolvimento precisam implementar transformações estruturais que estão além do poder exclusivo dos mecanismos de mercado.

Instituições e desenvolvimento econômico: da Nova Economia Institucional à visão crítica de Ha-Joon Chang

O interesse em trazer as instituições para o centro do debate sobre o desenvolvimento econômico tem obtido contribuição significativa da Nova Economia Institucional (NIE) nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1990. Segundo autores que seguem a “ortodoxia do novo institucionalismo” (Castellano 2012), haveria uma série de evidências históricas capazes de comprovar a associação entre as instituições e o desenvolvimento econômico. Esses pesquisadores interpretam o progresso das nações como um processo derivado das forças básicas de desenvolvimento econômico observadas nas relações descentralizadas das instituições de mercado. Assim, o discurso da NIE é cristalizado pelo logotipo “instituições importam” (Tylecote 2016) para fins de desenvolvimento, que destaca a relação direta estabelecida entre o quadro institucional de um determinado país e suas variáveis de crescimento econômico (Acemoglu e Robinson, em “Por que as nações falham: o origens do poder, prosperidade e pobreza” (2012); (North, Wallis e Weingast, em “*Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History*” 2009); (Tylecote 2016); (Zanden 2009).

O termo Nova Economia Institucional foi introduzido pelo economista americano Oliver Williamson (1975). Segundo Richter (2005), dois ramos da Nova Economia Institucional desenvolveram-se a partir dos trabalhos pioneiros conduzidos por Ronald Coase (1937; 1960) nomeadamente: “A Economia do Custo de Transação” (Williamson 1985); e “Novas Instituições Econômicas da História” (North 1986). Segundo North (1990), ganhador do Prêmio Nobel de Economia, as instituições surgem da incerteza e da necessidade de superar os custos de transação como, por exemplo, os custos de estabelecer, monitorar e controlar as relações dos agentes em ambientes de falha de mercado⁶.

6 Cf. (Coase 1937); (Williamson 1979); (North 1986; 1990); (Gala 2003).

A maioria dos estudos baseados nesta tradição (North 1971; 1981; 1990; Landes 1998; Zanden 2009; Acemoglu, Johnson e Robinson 2005; 2012; Bates 1981; 1997; Bates, Coatsworth e Willianson 2007) inferiram que, atualmente, os países em desenvolvimento são aqueles que de alguma forma ainda têm instituições prejudicadas que não favorecem a livre concorrência e o funcionamento regular do mercado. Essa interpretação caracteriza os países em desenvolvimento como aqueles que adotaram arranjos institucionais que reduzem a produtividade, desestabilizam contratos e criam um ambiente de insegurança de direitos de propriedade. Esse caminho vicioso (North 1990; Medeiros 2001) teria sido o percorrido pelas colônias espanholas na América Latina, e sua solidificação seria o motivo pelo qual seu desenvolvimento econômico estaria permanentemente bloqueado. Por outro lado, o caminho “virtuoso” percorrido pelas atuais economias desenvolvidas é caracterizado pelo modelo anglo-saxão de economia de mercado.

Seguindo a tradição de North, o economista Daron Acemoglu e o cientista político James A. Robinson, tanto em “*Institutions as the fundamental cause of long-run growth*” (2005) quanto em “*Why Nations Fail*” (2012), definiram as instituições como regras para interações humanas de modelagem de jogos. Segundo Acemoglu, Johnson e Robinson (2005), as instituições econômicas são importantes porque influenciam a estrutura de incentivos disponíveis em uma determinada sociedade, bem como auxiliam na alocação de recursos para serem utilizadas de forma mais eficiente. Além disso, esses autores mostraram como as diferenças institucionais são aspectos determinantes para as divergências observadas nos níveis de prosperidade entre os países colonizados pela Espanha e pela Inglaterra. Se por um lado as teorias de Acemoglu, Johnson e Robinson (2001; 2002; 2005) rejeitaram as explicações geográficas e culturais para o sucesso ou fracasso das nações, por outro lado, colocaram suas esperanças de desenvolvimento em instituições que incentivaram os mercados livres, bem como o setor privado.

Desde o final do século XX, o referido conceito vem sendo adotado como discurso *mainstream*, que ecoa nas agendas de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Reformas de governança e mudanças institucionais voltadas para o mercado são vistas como essenciais para promover o desenvolvimento econômico. Estados institucionalmente fortes, ou seja, os quais são capazes de garantir a segurança e o estado de direito para o maior número de indivíduos possível, mas, acima de tudo, que são capazes de garantir os direitos de propriedade – também são essenciais

(Bates, Coatsworth e Willianson 2007; Buchanan 2008; Boettke e Fink 2011; Dhonte e Kapur 1996; Glaeser et al. 2004; La Porta et al. 1999; Kaufmann, Kraay e Zoido-Lobaton 1999).

É possível encontrar uma abordagem alternativa à associação teórica que se estabelece entre as instituições e o desenvolvimento econômico, bem como no quadro maior de confiança nos mercados como motores do crescimento econômico e do desenvolvimento. Segundo Chang (2011), a NIE possui duas questões teóricas principais, a primeira reside na causalidade, segundo a qual, a NIE vê a associação entre instituições e desenvolvimento econômico como um processo linear que vai das instituições ao desenvolvimento econômico. A segunda questão refere-se às formas lineares, estáticas e simplistas que muitas vezes corroboram o entendimento sobre essa associação (Chang 2007; 2011). Tal entendimento acaba levando à suposição da existência de um modelo universal de “boas instituições econômicas e políticas”, bem como à crença de que tais modelos poderiam ser extrapolados para outros países, a partir da experiência de poderosos países ocidentais (Castellano 2012; Evans 2004; 2010; Portes 2007; Przeworski 2004).

A principal crítica de Chang (2011) ao discurso dominante sobre as instituições reside no fato de que descreve a associação entre instituições e desenvolvimento econômico de uma forma simplista, linear e estática. Os processos de mudança institucional que defendem o mercado são frequentemente recomendados para países em desenvolvimento sem levar em consideração vários aspectos (modelo “tamanho único”) provavelmente envolvidos nesses processos que não seguem modelos fechados (Chang 2004). Além disso, Chang (2004) critica o foco excessivo nos direitos de propriedade privada. Embora economias sem qualquer proteção de direitos de propriedade, onde a incerteza quase permanentemente prevalece, claramente não sejam o melhor ambiente para o desenvolvimento, há uma crença nos direitos de propriedade como uma instituição “boa em si” (Chang 2004, 144).

Alguns aspectos metodológicos: Análise institucionalista de uma economia em desenvolvimento

A ideia de que um “pacote de boas instituições” (Chang 2004) seria essencial para permitir o crescimento econômico (Aron 2001; Kaufmann, Kraay e Zoido-Lobaton 1999); bem como que a história do desenvolvimento dos países avançados seria marcada pela aplicação e evolução desse grupo de

instituições (Bates, Coatsworth e Williamson 2007; North, 1990; Acemoglu e Robinson 2012), ganhou espaço no discurso econômico desde o final do século XX.

No entanto, aplicar esta abordagem institucionalista para compreender melhor o desenvolvimento econômico de um país que enfrenta graves problemas econômicos e sociais é um grande desafio, uma vez que muitas mudanças institucionais que passou este país são tão recentes que a maioria dos dados estatísticos ou censos sobre instituições específicas, ou análises específicas, pode ainda não estar disponível. Portanto, analisar as mudanças institucionais na África do Sul, por mais evidentes que algumas delas possam ser, leva a alguns desafios.

O primeiro desafio refere-se à aplicação de uma perspectiva institucionalista tradicional para favorecer o tratamento histórico e seus efeitos no desenvolvimento econômico de uma determinada sociedade – dependência de trajetória –, no contexto sul-africano. Embora a análise a ser realizada vise cobrir os anos democráticos da nova África do Sul após o fim do *apartheid*, não se pode negar os efeitos desse regime e as raízes que deixou no desenvolvimento do capitalismo sul-africano. A curta série temporal que cobre esta análise será compensada pela análise abrangente das instituições.

Assim, a hipótese levantada neste trabalho é que a adaptação aos modelos de “boa instituição” não resultou necessariamente em desenvolvimento econômico, ou mesmo em maior crescimento econômico, na África do Sul pós-*apartheid*. Este estudo também apresentou como, em alguns aspectos, o país tem apresentado melhor desempenho em indicadores institucionais do que alguns países desenvolvidos, embora não tenha melhorado a qualidade de vida de sua população ou reduzido suas profundas desigualdades.

As instituições analisadas na próxima seção foram as mais defendidas pelo discurso institucionalista dominante e pela NIE como essenciais para permitir o desenvolvimento econômico - as chamadas “boas instituições de padrão global”⁷. As instituições aqui analisadas foram democracia (sufrágio universal e indicadores de governança mundial, como voz e responsabilidade, estado de direito, estabilidade política), direitos de propriedade (principalmente direitos de propriedade intelectual), instituições financeiras (sistema bancário, banco central), tarifas comerciais (comércio nível de abertura) e instituições de proteção social e trabalhista. Além disso, a linha do tempo da análise privilegiou as décadas seguintes à transição democrática sul-africana, quando várias mudanças e reformas institucionais ocorreram com base na abordagem neoliberal (1994-2014). No entanto, também traçou a história dessas instituições caso sua origem remontasse a uma época anterior à avaliada.

7 “*Global Standard Institutions (GSI)*”, Chang (2011).

Transição democrática e neoliberalismo na África do Sul: caminhos (des)guiados do pós-*apartheid*

Embora o regime de *apartheid* da África do Sul só tenha sido formalizado institucionalmente em 1948 pelo Partido Nacional Afrikaans, as raízes da segregação nele observadas datam do século XIX. O panorama social em 1910 abrangia uma grande maioria de negros (que eram a força de trabalho a ser explorada e não tinham direitos políticos) e a minoria branca que tinha direito a voto (Fonseca-Satter 2011). Nesse ínterim, várias leis e atos foram promulgados e evidenciaram a natureza segregacionista das elites econômicas e políticas do país e um tipo de capitalismo de estado emergiu na África do Sul que permitiu ao país crescer rapidamente (Fonseca-Satter 2011; Pereira 2010).

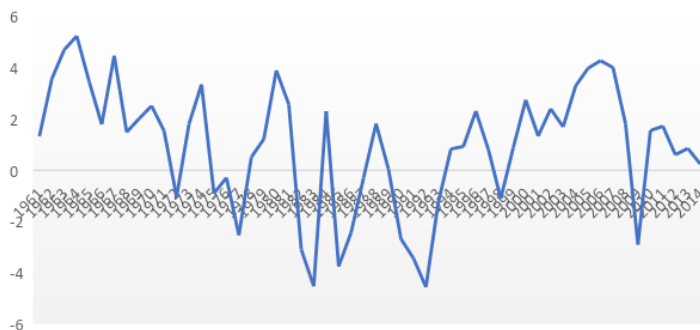
A transição para um regime democrático na África do Sul começou em 1994; desta vez atende ao período marcado pela agenda neoliberal internacional impulsionada pelo fim da Guerra Fria e pela globalização. De fato, apesar do legado do *apartheid*, principalmente da profunda desigualdade social e racial no país, a política econômica sul-africana adotou um marcante programa de orientação conservadora em vez de fazer reparos estruturais profundos. O abandono de uma postura mais crítica por parte do ANC representou, por sua vez, um verdadeiro “pacto de elite”, uma vez que a elite do ANC organizou as eleições, enquanto a elite branca conseguiu manter seus interesses e privilégios econômicos (Bond 2000; Taylor 2016).

Essa “transição de elites” (Bond 2000, 16), que validou uma política econômica que priorizava a iniciativa privada e os direitos de propriedade, foi adicionada ao plano governamental GEAR (Growth, Employment and Redistribution) de 1997. No entanto, não aconteceu da noite para o dia, mas resultou de um processo cujas origens remontam à década de 1980. Parte desse processo está ligada ao envolvimento de Thabo Mbeki (que se tornaria o futuro presidente do país) com a elite empresarial sul-africana e com instituições financeiras internacionais, como Goldman Sachs (Segatti e Pons-Vignon 2013).

A política econômica adotada pelo governo sul-africano pós-*apartheid* foi resumida em três dimensões principais: abordagem europeia da política social, juntamente com o medo dos riscos de dependência pessoal do Estado, em associação com a abordagem do Leste Asiático para o crescimento econômico - baseada em parâmetros macroeconômicos conservadores (Hirsch 2005). No entanto, essas mudanças nas configurações institucionais da África do Sul durante os anos pós-*apartheid* não resultaram necessariamente em melhor desempenho econômico. A taxa média de crescimento anual do PIB

per capita na África do Sul diminuiu de aproximadamente 1,9% ao ano, em 1960-1980, para aproximadamente 1,5% ao ano, em 1994-2014, ou mesmo 0,3% ao ano, se considerarmos o período 1980-2014 (Gráfico 1). “Boas instituições” por si só não geram desenvolvimento econômico, como o estudo mostrará nas próximas seções.

Gráfico 1: Crescimento do PIB per capita da África do Sul (% anual)



Fonte: Dados do Banco Mundial.

Instituições e desenvolvimento econômico na África do Sul pós-apartheid

O processo de democratização da África do Sul ocorreu em um momento em que o papel das instituições ganhava importância nos debates políticos e econômicos. Vários analistas, principalmente os de organizações multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, começaram a interpretar as crises e as questões estruturais das economias em desenvolvimento como questões institucionais e de governança (Aron 2001; Fallon e Pereira de Silva 1994; Kaufmann, Kraay e Zoido-Lobaton 1999; Riley 1995; IMF 2000). As recomendações internacionais, principalmente as relativas aos países africanos, têm se encaminhado para a implementação de um pacote de boas instituições e focado na redução da pobreza, bem como na melhoria da educação e da saúde (Blackden 1999; Christiaensen, Demery e Paternostro 2002; Coudouel, Dani e Paternostro 2006; Marc, Graham e Schacter 1994; Banco Mundial 1996). As próximas subseções analisam o desenvolvimento institucional sul-africano à luz desse debate, bem como em que medida a

conformidade com os modelos de discurso da NIE tem contribuído para o desenvolvimento econômico do país.

Democracia

Embora bem-sucedida, a transição da África do Sul para um regime institucionalmente democrático só ocorreu após um longo processo marcado por violência e repressão. No entanto, não mudou a significativa desigualdade socioeconômica entre a minoria branca e a maioria negra no país (Bond 2000; 2004; Holdt 2013). O sufrágio universal foi estabelecido no país em 1994, após a primeira eleição multirracial do país, que levou Nelson Mandela ao poder. A constituição democrática aprovada em dezembro de 1996 foi considerada uma das constituições mais progressistas do mundo, pois estabeleceu parâmetros claros para os direitos humanos, liberdade de expressão, religião e igualdade de direitos.

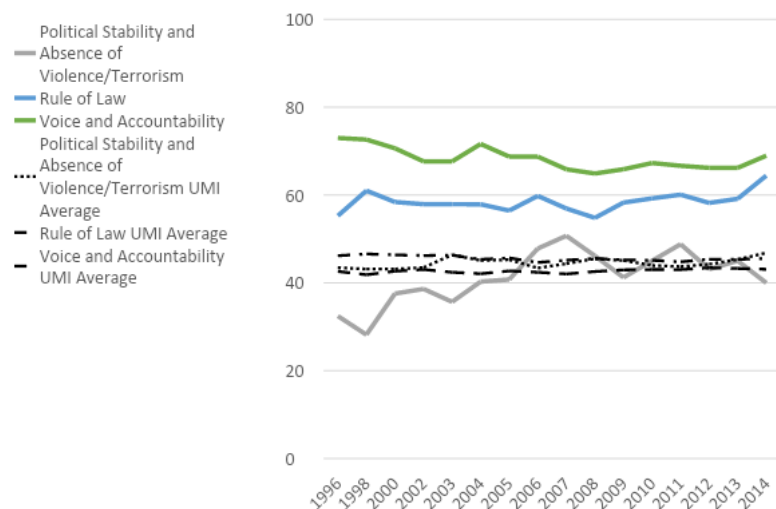
De acordo com os defensores da “boa governança”, a África do Sul conseguiu avanços significativos em alguns dos indicadores necessários para construir a democracia desde a promulgação de sua primeira constituição democrática. Tais indicadores, como “voz e responsabilidade”, “estado de direito”, “estabilidade política”, entre outros, são componentes dos Indicadores de Governança Mundial do Grupo Banco Mundial propostos por Kaufmann, Kraay e Zoido-Lobaton (1999). Esses indicadores refletem até que ponto os cidadãos de um determinado país podem escolher seu governo e obter seus direitos. Eles também medem a percepção de confiança na lei e nas regras da sociedade, bem como a probabilidade de ter seu governo desestabilizado por tendências inconstitucionais.

O Gráfico 2 mostra a posição da África do Sul (com base no percentil) nesses indicadores: o é a posição mais baixa e, portanto, reflete o pior desempenho neste indicador, enquanto 100 é o melhor desempenho. No geral, a África do Sul apresenta uma posição relativamente boa nesses aspectos, principalmente em relação ao “estado de direito” – que passou do 55º percentil para aproximadamente 59º em 2010, bem como para o 64º percentil, em 2014. Embora “voz e responsabilidade” tenha apresentado uma tendência de queda desde 2004, bem como uma posição pior em 2010 do que em 1996 (aproximadamente 67º e 73º percentil, respectivamente), sua classificação permaneceu acima da média dos países de renda média alta e mais alta do que a de outros países africanos – classificou o 68º percentil em 2014.

Com relação à “estabilidade política e violência”, a classificação da África do Sul está abaixo da média dos países de renda média alta, embora tenha mostrado progresso e se aproximou dessa média a partir de 2006.

Da mesma forma, Looney (2014) comparou esses mesmos indicadores sul-africanos aos de “economias emergentes”, como México, Malásia, Turquia e Indonésia. A África do Sul apresentou desempenho melhor do que cada um desses países, em média. Esse resultado evidencia os ganhos políticos conquistados pelo país, bem como seus níveis de governança relativamente elevados ao longo dos anos.

Gráfico 2: Indicadores de governança, África do Sul e média dos países de renda média alta, 1996-2014



Fonte: Indicadores de Governança Mundial, Banco Mundial.

O Índice Ibrahim de Governança Africana (IIAG)⁸ foi outro indicador capaz de evidenciar o progresso da África do Sul na democracia. Este índice mede o desempenho das instituições nos países africanos em comparação com a governança, que, por sua vez, é definida como “a provisão de bens políticos, econômicos e sociais que os cidadãos têm o direito de esperar de seus respectivos estados”⁹. É composta por categorias como “Segurança e Estado de Direito”, “Participação e Direitos Humanos”, “Oportunidades Econômicas Sustentáveis e Desenvolvimento Humano”, que, por sua vez, compõem outras subcategorias. Hoje, a África do Sul ocupa a sétima posição no ranking de 54 países africanos; seu desempenho de governança está bem acima da média

⁸ A série temporal atualizada para este índice começa em 2008.

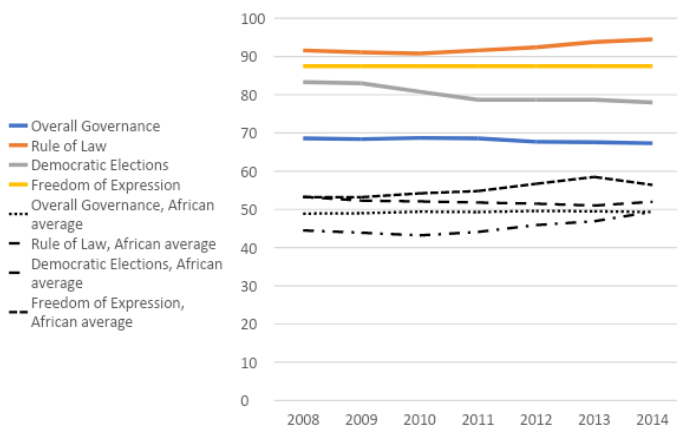
⁹ Olhar <http://iiag.online/>

africana (Gráfico 2), principalmente em subcategorias como “legitimidade dos processos eleitorais” e “realização de eleições livres e justas”.

No entanto, o resultado desses indicadores apresenta alguns paradoxos que tornam ainda mais complexa a análise da associação entre democracia e desenvolvimento econômico. Essa associação, no caso da África do Sul, suscita algumas contradições que testam a visão supostamente linear e inseparável entre democracia e desenvolvimento econômico.

A renda per capita na África do Sul quando o sufrágio universal foi instituído para as eleições de 1994 (consolidada pela Constituição de 1996) era de \$ 3.445,23¹⁰. Era muito superior ao de outros países africanos que haviam promulgado o sufrágio universal décadas antes. Por outro lado, a renda per capita da África do Sul enfrentou uma tendência de queda desde sua transição democrática até 2002 – atingiu US \$ 2.502.277. Assim, embora não se possa negar os avanços alcançados pela África do Sul com a introdução da democracia no país, principalmente na forma de sufrágio universal e direitos políticos dos cidadãos, não é possível estabelecer uma associação simplista e linear entre variáveis caracterizadoras da democracia liberal e econômica crescimento. A democracia é mais do que um “requisito” para o crescimento: é parte de um processo histórico maior de transformação social (Alence 2009).

Gráfico 3: Índice Ibrahim de Governança Africana na África do Sul e a média do continente africano, 2008-2014



Fonte: Portal de Dados IIAG.

¹⁰ Dados do Banco Mundial, em dólares correntes.

Direitos de propriedade

A proteção dos direitos de propriedade ocupa lugar central entre as instituições tratadas no discurso institucionalista neoliberal como essencial para o desenvolvimento econômico. Os regimes de direitos de propriedade são vistos como ferramentas essenciais para estimular o investimento, o trabalho e, portanto, o crescimento econômico (Acemoglu e Robinson 2005; 2012; Aron 2001; Clague et al. 1996; Soto 2000; Knack e Keefer 1995; Gala 2003; North 1990; Tylecote 2016).

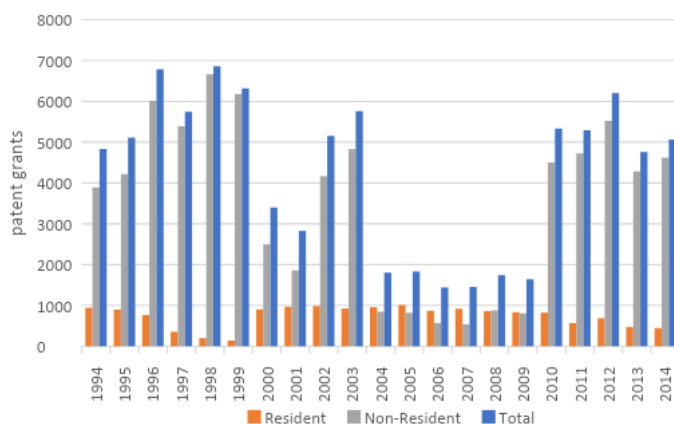
A Lei de Patentes de 1978 foi a primeira lei de patentes promulgada na África do Sul; tratava do registro e concessão de patentes associadas às atividades comerciais, industriais ou agrícolas. A Lei de Direitos Autorais (1978) também foi redigida naquele mesmo ano. A maior parte do conteúdo dessas leis, bem como das leis anteriores associadas à proteção dos direitos de propriedade intelectual – como a Lei de Proteção do Artista de 1967 –, foi revisada na Lei de Alteração das Leis de Propriedade Intelectual de 1997. A introdução e revisão dessas leis têm sido cada vez mais influenciadas a fim de cumprir os padrões de um regime internacional de direitos de propriedade intelectual. A África do Sul tornou-se membro do Tratado de Cooperação de Patentes (PCT) em 1999; esse tratado visa proteger os direitos de patente de invenções desenvolvidas simultaneamente em diferentes países, com base no pedido de patente internacional. É importante ressaltar que antes mesmo de a lei oficial de patentes ser promulgada na África do Sul, o país já era membro da Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial desde 1947. Além disso, o país aderiu à Convenção da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em 1975.

De acordo com a OMPI, a África do Sul concedeu o número total de 5.748 patentes por meio de seu escritório oficial, entre residentes e não residentes, no ano em que redigiu sua primeira Lei de Patentes, enquanto 6.817 patentes foram concedidas no ano seguinte (1979). O número de patentes concedidas a residentes na África do Sul diminuiu desde sua transição para a democracia em 1994 – de 942 (em 1994) para 140 (em 1999). O número de patentes concedidas aumentou e se estabilizou desde os anos 2000; 822 patentes foram concedidas a residentes sul-africanos em 2010, embora esse número ainda fosse menor do que o registrado em 1994. Esse número diminuiu novamente em 2015, quando 453 patentes foram concedidas a residentes sul-africanos¹¹.

¹¹ Patentes diretas e detidas pela PCT.

A concessão de patentes a não residentes apresentou uma tendência de crescimento em 1994 ($n = 3.889$) e 1998 ($n = 6.663$); depois, houve uma queda acentuada para 1.858 patentes concedidas em 2001. Após 2004, o número de patentes concedidas a não residentes foi menor do que o concedido a residentes; essa tendência se manteve até 2009. É possível perceber um paradoxo entre o nível de renda per capita e a instituição analisada - no caso, direitos de propriedade intelectual medidos por meio de concessão de patentes. A renda per capita no ano em que a África do Sul instituiu sua Lei de Patentes foi de US \$ 1.722.227 e, apesar dos pequenos avanços, esse nível permaneceu quase inalterado até meados da década de 1980, quando registrou US \$ 1.807.977 em 1985.

Gráfico 4: Número total de patentes concedidas na África do Sul, 1994-2014



Fonte: WIPO e Banco Mundial.

Embora o país tenha registrado picos na concessão de patentes em vários pontos da série, principalmente em meados da década de 1990 (6.783 patentes em 1996), a renda per capita manteve a taxa de queda pelo menos até 2002, quando atingiu US \$ 2.540,00 (dólares atuais). Por outro lado, o nível de renda per capita aumentou de US \$ 2.502.277 em 2002 para US \$ 5.760.805 em 2008, já que o número total de patentes concedidas tendeu a cair; variou de 5.759 patentes em 2003 a 1.742 em 2008.

A África do Sul tem apresentado excelente desempenho nas últimas décadas na proteção dos direitos de propriedade intelectual, medido com

base no Índice Internacional de Direitos de Propriedade (Tabela 1)¹². Este índice mede três dimensões básicas, a saber: “ambiente jurídico e político”, “proteção dos direitos físicos” e “proteção dos direitos de propriedade intelectual”. A última dimensão é subdividida em subcategorias, como “proteção de direitos de propriedade intelectual”, “proteção de direitos de patentes” e “proteção de direitos autorais”.

Tabela 1: Índice de proteção de direitos de patente (1960-2005) em países em desenvolvimento.

Países	1960-1990 (médias)	1995	2000	2005
África do Sul	2.94	3.39	4.25	4.25
Brasil	1.22	1.48	3.59	3.59
China	1.33	2.12	3.09	4.08
Índia	1.03	1.23	2.27	3.76
México	1.19	3.14	3.68	3.88
Nigéria	2.50	2.86	2.86	3.18
Rússia	-	3.48	3.68	3.68

Fonte: Park (2008).

A proteção dos direitos de propriedade continua sendo a principal recomendação do discurso institucionalista para o progresso das economias em desenvolvimento. No entanto, é falacioso pensar que isso é bom em si mesmo. Não é incomum que a proteção dos direitos de propriedade intelectual se oponha à promoção da justiça social; portanto, é necessário levar em conta os significativos efeitos sociais decorrentes das restrições impostas ao progresso tecnológico nos países em desenvolvimento. O desempenho econômico dos países em desenvolvimento que não se saíram tão bem na proteção dos direitos de patentes foi melhor do que o da África do Sul. A taxa de crescimento da renda per capita anual da África do Sul, por exemplo, foi uma das mais baixas entre 1994 e 2010 em comparação com outros países do BRICS¹³.

¹² Olhar <https://www.internationalpropertyrightsindex.org/>.

¹³ Ver Bond (2013) para a análise do desempenho sul-africano no contexto do BRICS.

Instituições financeiras

O Banco Central da África do Sul (South Africa Reserve Bank, SARB) foi lançado em 1921 com base na Lei de Moedas e Bancárias de 1920. Quando foi criado em 1921, o país tornou-se a quarta nação a estabelecer um banco central fora da Europa e do Reino Unido; os três restantes foram os Estados Unidos, Japão e Java.

No que diz respeito à independência e autonomia políticas, consideradas elementos essenciais pelo Banco Mundial e pelo FMI, o banco central sul-africano possui um nível de autonomia considerável para o desempenho das suas funções. De acordo com a Constituição de 1996, “na busca de seu objetivo principal, [ele] deve desempenhar suas funções de forma independente e sem medo, favorecimento ou preconceito” (República da África do Sul, 1996). No que diz respeito à sua propriedade, à época de sua criação, o SARB acompanhava a maioria dos bancos centrais do mundo, que tinham em sua maioria acionistas de origem privada.

A regulamentação do sistema bancário sul-africano é realizada pelo SARB, com base na Lei de Bancos de 1990 e na Lei de Bancos Mútuos de 1993. No entanto, houve um desenvolvimento institucional gradual no que diz respeito à regulação das instituições financeiras. Desde o final do século XX e início do século XXI, a África do Sul vem implementando várias mudanças institucionais para atender ao padrão internacional. Essas mudanças voltadas para o mercado foram implementadas no início do século XX, quando o país já tinha um Banco Central estabelecido, antes mesmo que outras nações desenvolvessem o tivessem. No entanto, não foi capaz de atingir o nível de crescimento econômico alcançado nas décadas de 1960-1980. Quando se trata do grupo de instituições do setor financeiro, as relações de causa e efeito entre as instituições e o desenvolvimento econômico da África do Sul se tornam mais paradoxais e muitas vezes difíceis de identificar¹⁴.

Tarifas e níveis de abertura comercial

A África do Sul foi um dos países fundadores do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) em 1948, quando não havia diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento dentro dele. A partir de 1960, quando o GATT admite essa diferenciação para permitir que os países em desenvolvimento recebessem algum tipo de tratamento específico, o governo

14 Quando estabeleceu sua legislação para a regulamentação do setor bancário, por exemplo, a Lei dos Bancos de 1990, a África do Sul já tinha uma renda per capita de aproximadamente US \$ 3.182.

sul-africano optou por manter o status de país desenvolvido dentro do acordo; em termos práticos, significou cortes adicionais e mais rápidos às medidas protecionistas (Hirsch 2005). O período de transição democrática sul-africana foi marcado pela reentrada de sua economia no cenário mundial, a partir de um rápido processo de liberalização do comércio (Bhorat et al. 2013).

A queda das barreiras comerciais foi bastante abrupta após a democratização (Barbosa e Tepassê 2009). O Ministro do Comércio e Indústria de 1994 a 1996, Trevor Manuel, que também foi Ministro das Finanças em 1999, considerou que inserir a economia sul-africana no mundo seria uma tarefa desafiadora, principalmente devido ao legado de uma economia que considerou não competitiva e protecionista (Hirsch 2005). A África do Sul rapidamente se tornou um dos países em desenvolvimento com o mais alto grau de abertura comercial; já excedeu os requisitos de liberalização tarifária exigidos pela Organização Mundial do Comércio desde que se tornou um país-membro (Pons-Vignon e Segatti 2013) (Tabela 2).

Tabela 2: Tarifas médias de importação de produtos manufaturados (%), países em desenvolvimento, 1996-2010 *

Países	1996	2000	2006	2008	2010
África do Sul**	19.8	9.0	8.3	7.4	6.9
Argentina	11.9	12.8	8.6	8.6	9.0
Brasil	13.4	14.7	9.8	10.5	10.7
China	21.7	16.2	8.6	8.2	7.6
Egito	-	23.8	14.1	10.0	9.4
Etiópia	-	-	18.6	17.8	17.8
Índia	37.6	30.4	13.1	8.4	7.2
Rússia	11.9	-	-	9.4	6.5

Fonte: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

* Taxas consolidadas aplicadas.

** Os dados de 1996 a 1999 referem-se à *União Aduaneira da África do Sul (SACU)*.

A integração econômica ocorreu, principalmente na África do Sul, após os anos de isolamento provocados pelo regime do *apartheid*, que tornou a política externa um elemento estratégico para o novo governo (Barbosa e

Tepassê 2009). A cooperação na União Aduaneira da África Austral (SACU), cada vez mais apoiada em versões apresentadas pela União Europeia e instituições multilaterais, representa a modalidade de mercado estabelecida no início do século XX; essa modalidade visa a redução de tarifas aduaneiras e barreiras às atividades econômicas (Visentini 2010). Outra iniciativa rumo a uma zona de livre comércio reside na integração à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 1994, que assinou um acordo em 1998 para diminuir as barreiras tarifárias por um período de 12 anos, em conformidade com os padrões da OMC - este processo começou na África do Sul (Hirsch 2005). No entanto, a queda das tarifas não foi suficiente para proporcionar um nível de crescimento da renda per capita comparável ao das décadas anteriores, quando os níveis tarifários médios eram muito mais elevados. A taxa média de crescimento da renda per capita registrada para o período 1960-1980 foi de 2,3%, enquanto a taxa registrada para o período 1994-2010 foi de 1,4%¹⁵.

Instituições de assistência social e proteção ao trabalho

O último ponto a ser analisado diz respeito ao desenvolvimento das instituições de bem-estar social e das que regulam o trabalho na África do Sul, com destaque para a Constituição de 1996, considerada uma das constituições mais progressistas do mundo. As instituições que “apoiam os segmentos mais fracos da sociedade sempre foram necessárias para garantir a estabilidade social” (Chang 2004, 176; Polanyi 2000 [1944]). Esses mecanismos e instituições na África do Sul foram atrasados ainda mais por um regime que marchou contra a História por décadas. A estrutura institucional do *apartheid* contribuiu para abafar os níveis de pobreza, bem como para a desigualdade social e econômica. Esses dois fatores tornaram, e ainda transformam, o estabelecimento amplo e democrático de instituições adequadas de bem-estar social em um desafio. A provisão dessas instituições na África do Sul rural é um tema ainda mais complexo, uma vez que as medidas de controle do *apartheid* destinadas a retirar a população negra dos centros urbanos favoreceu a formação de áreas rurais isoladas com altas taxas de desemprego e condições precárias de moradia e educação (Hirsch 2005).

Para fazer face a este legado de discriminação racial e aos desequilíbrios sociais por ela gerados, a Constituição de 1996 comprometeu-se a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, ao designar a Comissão de Direitos Humanos da África do Sul (SAHRC) como monitor oficial dos serviços

¹⁵ Dados do Banco Mundial.

públicos e agências estatais responsáveis pela aplicação de instituições que reivindicam os direitos socioeconômicos dos cidadãos sul-africanos. Em 1994, o novo governo já havia se comprometido com o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que foi um dos maiores tratados voltados à proteção dos direitos econômicos e sociais da época (Seleoane 2001).

O compromisso com o PIDESC estabelece cláusulas relativas às condições de trabalho – sanitárias, ambiente de trabalho, igualdade de oportunidades, remuneração e salários justos, limitação da jornada de trabalho, direito à greve, entre outros –, bem como previdência social, moradia adequada e padrões de saúde, educação adequada, entre outros (Seleoane 2001). A Constituição da África do Sul visava atender a essas condições ao incluir seções específicas para essas instituições, na tentativa de afrouxar os laços de *apartheid* e possibilitar iniciativas políticas de combate à pobreza e à desigualdade.

As instituições reguladoras do trabalho foram gradualmente introduzidas desde então, e tal introdução quebrou padrões que tinham segregado trabalhadores de diferentes raças e sexos por anos. Em 1999, a maioria das principais instituições responsáveis pela regulação do mercado de trabalho sul-africano já havia sido estabelecida, fato que fortaleceu a luta pelos direitos trabalhistas e sindicais com recorde histórico na África do Sul (Quadro 1).

Quadro 1: Novas leis trabalhistas importantes desde 1994

Lei	Objetivos centrais	Ano
<i>Lei das Relações Laborais</i>	Oferece a estrutura para negociação coletiva, direito sindical, direito de greve, solução de controvérsias, entre outros.	1995-1996
<i>Lei das Condições Básicas de Trabalho</i>	Fornecer o quadro para a aplicação de normas mínimas aos trabalhadores não abrangidos pelo LRA e de normas mínimas gerais relativas a horários de trabalho, procedimentos de despedimento, horas extraordinárias e restrições ao trabalho infantil.	1997
<i>Lei de Equidade no Emprego</i>	Eliminação da discriminação racial ou sexual em grandes empresas.	1998
<i>Lei de Desenvolvimento de Competências e Lei de Taxas de Desenvolvimento de Competências</i>	Estabelecimento de níveis de gastos com treinamento e qualificação de trabalhadores pelas empresas.	1998-1999

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados disponíveis em Hirsch (2005).

No entanto, a regulação do mercado de trabalho sul-africano ocorreu em paralelo com a reestruturação econômica e com o desemprego aumentando de 19,3% para 25,8% (1996-2000) (Barbosa e Tepassê 2009; Paola e Pons-Vignon 2013). A esperança de que um regime democrático com instituições de proteção ao trabalho reduzisse o desemprego não correspondia à realidade, o que levou as interpretações neoclássicas a apontarem para uma suposta “rigidez” no mercado de trabalho. Essas instituições, por sua vez, exigiam maior “flexibilidade” e ignoravam as raízes estruturais do desemprego na África do Sul, o baixo crescimento econômico do período e o domínio de setores ligados ao complexo mineral-energético, basicamente intensivos em capital (Paola e Pons-Vignon 2013). Além disso, as instituições de trabalho foram inseridas no contexto de uma “economia dualista”, onde milhares de trabalhadores estavam à margem da economia moderna e industrial, fato que destacou a necessidade de implementação de assistência estatal para questões de pobreza e desigualdade (Hirsch 2005).

Essa assistência veio na forma de um sistema de previdência social substancial, que transferia renda para pessoas com deficiência, dava assistência aos filhos, pensões, entre outros. Em 1997, quando foi lançado o Livro Branco da Previdência Social, o governo sul-africano ampliou seus gastos com diversos programas de assistência social, que saltaram de R\$ 10 bilhões¹⁶ em 1994 para R\$ 38,4 bilhões em 2003 (Hirsch 2005). A transferência de renda proporcionada por essas instituições foi particularmente importante para a população negra, que participava com 60% da renda distribuída na forma de aposentadorias, pensões e programas sociais em 2005 (Barbosa e Tepassê 2009). O número total de beneficiários da assistência social mais que dobrou entre 1996 e 2008 e a parcela dos gastos públicos com saúde e educação no total do gasto público entre 2000 e 2011 variou de 10,9% a 12,7% e de 18,1% a 19,2%, respectivamente (Barbosa e Tepassê 2009; Good Governance Africa 2013).

Conclusão

A partir do debate sobre a associação entre instituições e desenvolvimento econômico, o objetivo principal deste estudo foi apresentar uma visão crítica do discurso econômico dominante veiculado por organizações multilaterais e países desenvolvidos. Essa visão credita o caminho de sucesso percorrido pelas economias avançadas a um conjunto de “boas políticas” e

16 Em rands, a moeda oficial sul-africana.

“boas instituições”, em sua maioria amigáveis ao mercado e baseadas nos modelos anglo-saxões. O estudo seminal do economista sul-coreano Ha-Joon Chang mostrou, em uma perspectiva histórica, que os países desenvolvidos de hoje não seguiram exatamente o caminho que agora defendem para a periferia do capitalismo. Ao contrário, recorreram a políticas ativas de intervenção estatal e proteção da indústria nacional, ao passo que seu desenvolvimento institucional foi lento e muitas vezes teve retrocessos (Chang 2004).

O discurso institucionalista pró-mercado ganhou força nos países em desenvolvimento do capitalismo no final do século XX. Assim, foi possível perceber as transformações ocorridas na África do Sul a partir da década de 1990 como exemplo de país que vivia novos processos de mudança institucional. A transição democrática sul-africana ocorreu quando a discussão sobre o papel das instituições ganhou importância no debate político e econômico. Organizações multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI, começaram a interpretar as crises e as questões estruturais das economias em desenvolvimento como questões institucionais e de governança e, no caso dos países africanos, começaram a igualar as políticas de desenvolvimento às medidas de erradicação da pobreza.

No entanto, o presente estudo também abordou como o desenvolvimento de um conjunto de instituições – tais como democracia, proteção dos direitos de propriedade intelectual, instituições financeiras e um banco central independente, tarifas e liberalização do comércio, e as instituições reguladoras do mercado de trabalho – desde o fim do regime do *apartheid* não resultou necessariamente em melhor desempenho econômico e social. Se, por um lado, é verdade que “as instituições importam”, por outro, é preciso levar em conta que a associação entre as instituições e o desenvolvimento econômico é mais complexa do que o previsto no linear “modelos de tamanho-único” defendidos pela ortodoxia. O primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, estava certo quando disse à *The Economist* que pode levar gerações para desenvolver instituições confiáveis. O mesmo aconteceu com as nações desenvolvidas, mas sempre é possível aprender com a história, bem como pensar em programas institucionais capazes de refletir as condições estruturais, políticas, econômicas, sociais e culturais dos países em desenvolvimento, sem cair em modelos neoliberais estereis.

Referências

- Acemoglu, Daron e James Robinson. 2012. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. São Paulo: Elsevier.
- Acemoglu, Daron, Simon Johnson, e James Robinson. 2001. "The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation." *American Economic Review*, vol.91, n.5: 1369-1401.
- Acemoglu, Daron, Simon Johnson, e James Robinson. 2005. "Institutions as a fundamental cause of long-run growth." In *Handbook of economic growth*, editado por Philippe Aghion e Steven N Durlauf, 386-472. Elsevier.
- _____. 2002. "Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution." *Quarterly Journal of Economics*, vol.117, n.4: 1231-1294.
- Alence, Rod. 2009. "Democracy and development in Africa." *The Journal of the International Institute*, vol.16, n.2.
- Aron, Janine. 2001. "Growth and Institutions: a review of the evidence." *The World Bank Research Observer*, vol.15, n.1, feb: 99-135.
- Barbosa, Alexandre de Freitas, e Angela Cristina Tepassê. 2009. "África do Sul pós-apartheid: entre a ortodoxia da política econômica e a afirmação de uma política externa "soberana". In *Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas – Livro 2*, organizado por José Celso Cardoso, Luciana Acioly e Milko Matijascic, 455-506. Brasília : IPEA.
- Bates, Robert H. 1981. *Markets and States in Tropical Africa*. Berkeley, CA: University of California Press.
- _____. 1997. *Open Economy Politics*. Princeton: Princeton University Press.
- Bates, Robert H., John H Coatsworth, e Jeffrey G Willianson. 2007. "Lost Decades: Postindependence Performance in Latin America and Africa." *The Journal of Economic History*, vol.67, n.4, december: 917-943.
- Bhorat, Haroon, Alan Hirsch, Ravi Kanbur, e Mthuli Ncube. 2013. "Economic Policy in South Africa past, present and future." In *Oxford Companion to the Economics of South Africa*, editado por Haroon Bhorat, Alan Hirsch, Ravi Kanbur e Mthuli Ncube. Oxford: Oxford University Press.

- Blackden, Mark C. 1999. *Gender, Growth, and Poverty Reduction*. Africa Region Findings & Good Practice Infobriefs; No. 129, Washington, D.C.: World Bank.
- Boettke, Peter, e Alexander Fink. 2011. "Institutions First." *Journal of Institutional Economics*, vol.7, n.4: 499-504.
- Bond, Patrick. 2013. *BRICS in Africa: anti-imperialist, sub-imperialist or in between? A reader for the Durban summit*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal. .
- _____. 2004. "From racial to class apartheid: South Africa's frustrating decade of freedom." *Monthly Review*, vol.55, n.10.
- _____. 2000. *The elite transition: from apartheid to neoliberalism in South Africa*. Scottsville: Pluto Press e University of Natal Press.
- Buchanan, James M. 2008. "Same Players, Different Game: How Better Rules Make Better Politics." *Constitutional Political Economy*, vol.19: 171-179.
- Castellano, Fernando López. 2012. "Economía política del desarrollo, análisis poscolonial y malos samaritanos". *Revista Problemas del Desarrollo*, 169 (43), junio: 27-50.
- Chang, Ha-Joon. 2004. *Chutando a Escada: A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp.
- _____. 2007. "Institutional Change and Economic Development: An introduction." In *Institutional Change and Economic Development*, editado por Ha-Joon Chang. New York: United Nations University Press.
- _____. 2011. "Institutions and economic development: theory, policy and history." *Journal of Institutional Economics*, vol.7, n.4: 473-498.
- Christiaensen, Luc, Lionel Demery, e Stefano Paternostro. 2002. *Growth, Distribution, and Poverty in Africa: Messages from the 1990s*. Policy Research Working Paper; No.2810, Washington, D.C.: World Bank.
- Clague, Christopher, Philip Keefer, Stephen Knack, e Mancur Olson. 1996. "Property and Contract Rights in Autocracies and Democracies." *Journal of Economic Growth*, vol.1, n.2: 243-276.
- Coase, Ronald H. 1937. "The Nature of the Firm." *Economica* , (4): 386-405.
- _____. 1960. "The Problem of Social Cost." *Journal of Law and Economics*, (3): 1-44.

- Coudouel, Aline, Anis A. Dani, e Stefano Paternostro. 2006. *Poverty and Social Impact Analysis of Reform: Lessons and Examples from Implementation*. World Bank, Washington, D.C.: World Bank.
- Dhonte, Pierre, e Ishan Kapur. 1996. "Towards a Market Economy: Structures of Governance." IMF Working Paper, pp.1-16.
- Evans, Peter. 2010. "Constructing the 21st Century Developmental State: potentialities and pitfalls." In *Constructing a Democratic Developmental State in South Africa: potentials and challenges*, editado por Omano Edigheji. Cape Town: HSRC.
- _____. 2004. "Development as Institutional Change: the Pitfalls of Monocropping and Potentials of Deliberation." *Studies in Comparative Institutional Development*, v.38: 30-53.
- Fallon, Peter, e Luiz A. Pereira de Silva. 1994. *South Africa: Stimulating Economic Growth*. Africa Region Findings & Good Practice Infobriefs; No. 21., Washington, D.C.: World Bank.
- Fonseca-Satter, Guilherme. 2011. *A África do Sul e o sistema-mundo: da Guerra dos Bôeres à globalização*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos e Gerpress.
- Gala, Paulo. 2003. "A teoria institucional de Douglass North." *Revista de Economia Política*, vol.23, n.2 (90), junho: 89-108.
- Gerschenkron, Alexander. 1962. *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University.
- Glaeser, Edward L., Rafael La Porta, Florencio Lopez De-Silanes, e Andrei Shleifer. 2004. "Do Institutions cause growth?" *Journal of Economic Growth*, vol.9, n.3, september: 271-303.
- Good Governance Africa. 2013. *Africa Survey: Africa in figures*. Good Governance Africa. Johannesburg: Good Governance Africa.
- Hirsch, Alan. 2005. *Season of Hope: Economic reform under Mandela and Mbeki*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press.
- Holdt, Karl van. 2013. "South Africa: the transition to violent democracy." *Review of African Political Econom*, vol.40, n.138: 589-604.
- IMF. 2000. *South Africa: selected issues*. IMF Staff Country Report No. 00/42, Washington, D.C.: IMF.
- Kaufmann, Daniel, Aart Kraay, e Pablo Zoido-Lobaton. 1999. "Governance Matters." Policy Research Working Paper. n.2196, World Bank, Washington, D.C.

- Knack, Stephen, e Philip Keefer. 1995. "Institutions and Economic Performance: Cross Country Tests Using Alternative Institutional Measures." *Economics & Politics*, vol.7, n.3, november: 207-228.
- Landes, David. 1998. *The Wealth and Poverty of Nations*. New York: W.W.Norton and Company. .
- Looney, Robert E. 2014. "South Africa's difficult transition." In *Handbook of Emerging Economies*, editado por Robert E. Looney. London and New York: Routledge.
- Marais, Hein. 2011. *South Africa pushed to the limit: the political economy of change*. London and New York: Zed Books.
- Marc, Alexandre, Carol Graham, e Mark Schacter. 1994. *Economic Reforms and the Poor: Social Action Programs and Social Funds in Sub-Saharan Africa*. Africa Region Findings & Good Practice Infobriefs; No. 12., Washington, D.C.: World Bank.
- Medeiros, Carlos Aguiar. 2001. "Instituições, Estado e mercado no processo de desenvolvimento econômico." *Revista de Economia Contemporânea*, vol.5, n.1: 49-76.
- North, Douglass C. 1990. *Institutions, Institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1971. "Institutional Change and Economic Growth." *Journal of Economic History*, vol.31, n.1, march: 118-125.
- _____. 1986. "The New Institutional Economics." *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, vol. 142, n.1, march: 230-237.
- North, Douglass C., John Joseph Wallis, e Barry R Weingast. 2009. *Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Paola, Miriam Di, e Nicolas Pons-Vignon. 2013. "Labour market restructuring in South Africa: low wages, high insecurity." *Review of African Political Economy*, vol.40, n.138: 628-638.
- Park, Walter G. 2008. "International Patent Protection: 1960-2005." *Research Policy*, vol.4, n.37, march: 761-766.
- Pereira, Analúcia Danilevicz. 2010. "A África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição pactuada (1910-1994)." In *África do Sul: História, Estado e Sociedade*, organizado por Paulo G. Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira. Brasília: FUNAG/CESUL.
- Polanyi, Karl. 2000. *A Grande Transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.

- Pons-Vignon, Nicolas, e Aurelia Segatti. 2013. "The art of neoliberalism': accumulation, institutional change and social order since the end of apartheid." *Review of African Political Economy*, vol.40, n.138, dec.: 507-518.
- Porta, Rafael La, Florencio Lopez De-Silanes, Andrei Shleifer, e Robert Vishny. 1999. "The Quality of Government." *Journal of Law, Economics and Organization*, vol.15, n.1, april: 222-279.
- Portes, Alejandro. 2007. "Instituciones y desarrollo: una revisión conceptual." *Desarrollo Económico*, vol.46, n.184, march: 475-503.
- Przeworski, Adam. 2004. "The Last Instance: Are Institutions the Primary Cause of Growth?" *European Journal of Sociology*, vol.45, n.2, august: 165-188.
- Republic of South Africa. 1996. "Constitution of the Republic of South Africa." <https://www.gov.za/documents/constitution-republic-south-africa-1996>.
- Richter, Rudolf. 2005. "The New Institutional Economics: Its Start, its Meaning, its Prospects." *European Business Organization Law Review*, vol.6, n.2, june: 161-200.
- Riley, Thyra A. 1995. *South Africa: Reducing Financial Constraints to Emerging Enterprises*. Africa Region Findings & Good Practice Infobriefs; No. 48, Washington, D.C.: World Bank.
- Segatti, Aurelia, e Nicolas Pons-Vignon. 2013. "Stuck in stabilization? South Africa's post-apartheid macro-economic policy between ideological conversion and technocratic capture." *Review of African Political Economy*, vol.40, n.138: 537-555.
- Seleoane, Mandla. 2001. *Socio-economic rights in the South Africa Constitution: Theory and practice*. Cape Town: HSRC Press.
- Soto, Hernando de. 2000. *The Mystery of Capital*. London: Bantam Books.
- Taylor, Ian. 2016. "Meet the new boss: Same as the old boss" South Africa's transition as embourgeoisement." *Brazilian Journal of African Studies*, vol.1, n.1, jun: 11-39.
- Tylecote, Andrew. 2016. "Institutions matter: but which institutions? And how and why do they change?" *Journal of Institutional Economics*, vol.12, n.3, september: 721-742.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2010. "Processos de integração na África Austral." In *África do Sul: História, Estado e Sociedade*, organizado por Paulo Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira, 119-130. Brasília: FUNAG/CESUL.

- Williamson, Oliver E. 1979. "Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations." *Journal of Law and Economics.*, vol.22, n.2, october: 233-261.
- _____. 1975. *Markets and Hierarchies. Analysis and Antitrust Implications.* New York: The Free Press.
- _____. 1985. *The Economic Institutions of Capitalism.* New York: The Free Press.
- World Bank. 1996. *Poverty in sub-saharan Africa: Issues and Recommendations.* Africa Region Findings, No. 73, Washington, D.C.: World Bank.
- Zanden, Jan Luiten van. 2009. *The Long Road to the Industrial Revolution: The European Economy in a Global Perspective, 1000–1800.* Boston: Brill.

RESUMO

A transição para um regime democrático na África do Sul na década de 1990 encontrou o surgimento das políticas neoliberais e do discurso que abordava as "boas instituições" e a "boa governança" como motores do crescimento econômico. No caso dos países africanos, o discurso de organismos multilaterais como o Banco Mundial e o FMI incluía a ideia de que políticas voltadas para a erradicação da pobreza e o incentivo à educação também significariam desenvolvimento. O objetivo do presente estudo é avaliar em que medida a adequação aos modelos institucionais orientados para o mercado tem contribuído para o desenvolvimento sul-africano, a partir de um conjunto de instituições. Para tanto, o presente estudo realizou uma revisão da literatura sobre a Nova Economia Institucional (NEI), principal propoente das instituições voltadas para o mercado como chave para o desenvolvimento; também analisou a visão crítica desses modelos lineares. Conclui que a associação entre instituições e desenvolvimento econômico é mais complexa do que a estimada em modelos orientados para o mercado aplicados ao institucionalismo dominante, principalmente para países em desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE

Instituições. Desenvolvimento Econômico. África do Sul.

Recebido em 3 de dezembro de 2020

Aceito em 12 de fevereiro de 2021

Traduzido por Larissa Kröner Bresciani Teixeira